

Despacho n.º 17 112/2007

Considerando que o licenciado António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho é detentor de um vasto e diversificado currículo profissional, tendo vindo a desempenhar o cargo de secretário-geral do Ministério;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o licenciado António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho é nomeado, em comissão de serviço, secretário-geral, cargo criado *ex novo* pelo n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 214/2006, de 27 de Outubro, e pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 150/2007, de 27 de Abril.

Atento o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a exercer actividade de docência no ensino superior.

A presente nomeação produz efeitos desde 1 de Maio de 2007.

5 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

Curriculum vitae

(síntese)

António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho — 46 anos de idade. Cargo actual — secretário-geral — Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Lugar de origem — assessor principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Habilitações académicas e formação complementar:

Mestrando em Direito em Acção, pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa, parte escolar concluída, encontrando-se suspenso o prazo, nos termos da lei, para elaboração da dissertação;

Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual;

Pós-graduação em Ciências Jurídicas Direito em Acção, pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa;

Pós-Graduação em Estudos Europeus, dominante Jurídica, pelo Centro de Estudos Europeus, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Católica de Lisboa;

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa;

Diversos cursos de formação profissional, designadamente nas áreas do direito, das finanças públicas, da gestão e da Administração Pública e da informática.

Experiência profissional:

2005-2007 — desempenho do cargo de secretário-geral no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), após a tomada de posse do XVII Governo Constitucional. Serviço da administração pública central que tem implementado um sistema certificado de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança segundo o referencial das normas NP EN ISO 9001:2000, NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001 [NP 4397], desde 27 de Outubro de 2006;

2004 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES), XVI Governo Constitucional;

2002-2004 — desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES), XV Governo Constitucional;

2002 — nomeado definitivamente assessor principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, actual Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas;

1997-2002:

Desempenho do cargo de Secretário-Geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), XIII e XIV Governos Constitucionais;

Nomeado assessor da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1997:

Desempenho do cargo de adjunto do secretário-geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia;

Nomeado definitivamente técnico superior principal da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1996-1997 — nomeado adjunto, para os assuntos jurídicos, do Ministro da Ciência e da Tecnologia, XIII Governo Constitucional;

1994-1996 — desempenho do cargo de director de serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1994 — nomeado definitivamente técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

1993:

Nomeado director de serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

Nomeado chefe da Divisão de Apoio Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

Nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura;

1987-1993 — desempenho de diferentes cargos em gabinetes de membros de governo, incluindo os de chefe de gabinete, conselheiro técnico e assessor;

1987-1991 — exercício da actividade de advocacia, em colaboração, no escritório do Doutor António J. Mendes de Almeida;

1986-1987 — realização do estágio de advocacia no escritório do Prof. Doutor José Maria Gaspar, tendo sido inscrito na Ordem dos Advogados, em 1987.

Outras actividades e referências curriculares de maior destaque:

Representa o MCTES para participar na reunião preparativa do diploma legal do Código dos Contratos Públicos;

Representou o MCTES no grupo de trabalho do programa de reestruturação da administração central do Estado;

Representou o MCTES e o MCIES na comissão para a reavaliação dos institutos públicos;

Representou o MCIES no Núcleo de Acompanhamento da Reforma (NAR) da Administração Pública;

Representou o MCES no grupo de trabalho interministerial no âmbito da «Estratégia da mobilidade»;

Representou o MCIES e o MCES na operacionalização da reforma da Administração Pública — áreas de actuação e metodologias de aplicação;

Representou o MCIES e o MCES na comissão de normalização contabilística da Administração Pública;

Representou o MCIES e o MCES, nas *task forces* II, «Portal do cidadão», IV, «Racionalização dos custos das comunicações», V, «Portal do Governo», e VI, «Compras electrónicas»;

Coordenou o Núcleo de Modernização Administrativa do MCT;

Representou o MCT no Conselho da Qualidade em Serviços Públicos (CQSP);

Coordenou a *task force* do ano 2000, criada no âmbito do MCT;

Foi membro do conselho geral do Pavilhão do Conhecimento;

Foi vogal da comissão de remunerações da sociedade Portugal 2001, S. A.;

Foi vogal da comissão de remunerações da Agência de Inovação, S. A.;

Representou o MCT no conselho coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado;

Representou o MCT na Rede Interministerial de Modernização Administrativa;

Foi vogal do conselho fiscal da associação privada sem fins lucrativos denominada Ciência Viva — Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica;

Concorreu, em co-autoria, ao Prémio Descartes 2000, com o trabalho «Manual do funcionário do MCT»;

Presidiu ao júri do concurso público para avaliação dos *websites* da Administração Pública Portuguesa.

Tem participado, na qualidade de membro do júri, em múltiplos concursos públicos, bem como em diversas conferências e seminários, internacionais e nacionais, sendo, igualmente, autor de vários projectos de diplomas legais e de diversos trabalhos de investigação realizados, nomeadamente nas áreas do direito e da Administração Pública.

Possui diversos louvores públicos pelas funções desempenhadas.

É sócio efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Despacho n.º 17 113/2007

Considerando que o Prof. Doutor António Ângelo Morão Dias é detentor de um vasto e diversificado currículo profissional, tendo vindo a desempenhar o cargo de director-geral do Ensino Superior;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o Prof. Doutor António Ângelo Morão Dias é nomeado, em comissão de serviço, director-geral do Ensino Superior, cargo criado *ex novo* pelo n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 214/2006,